Doing Business

Israel - Brasil

2ª edição

CÂMARA BRASIL-ISRAEL
de Comércio e Indústria

Banco Rendimento

Over 25 years of experience in foreign exchange market.

Doing business between Brazil and Israel? Use all expertise of a foreign exchange specialists team, ensuring more agility and safety in operations.

Internacional Transfers

Send and receive founds through a Payment Order, with the following purposes:

- Import and Export;
- Remittance of royalties, profits and dividends;
- Increase and return of capital;
- Transfer to your own account abroad;
- Acquisition of real estate;
- Payment of services, consultancies and fees;
- Investment in Israel Bonds.

If your company is looking for a business partner that prizes agility, security and a transparent relationship, trust us!

www.rendimento.com.br
55 11 3817-0775

BANCO RENDIMENTO

sumário | summary

Criação de uma empresa 8 The Establishment of a Company in Israel

Taxação em Israel 12 Taxation in Israel

Obrigações do empregador 18 The duties of an employer towards his employee

Os vistos Israelenses 24 The Israeli Visas

Propriedade intelectual 28 Intellectual property

Imóveis em Israel 36 Real Estate

Proteção ao consumidor 42 Consumer protection

Lei antitruste 46 Antitrust law

editorial

Com enorme satisfação, a Câmara Brasil-Israel oferece o *Doing Business* - 2ª Edição, um manual com informações atuais e detalhadas para quem pretende fazer negócios no Brasil e em Israel. Publicação bilíngue, escrita por profissionais de renomados escritórios de advocacia, que aborda os diversos aspectos das legislações israelense e brasileira no que diz respeito a realização de negócios.
Israel atualmente é o país que, depois dos Estados Unidos, tem a maior concentração de empresas de alta-tecnologia e startups (mais de 3.000), tendo inclusive a maior taxa no mundo de mulheres empreendedoras e já é o país que lidera o mundo na invenção de novas tecnologias.
O Brasil, atualmente a 9ª economia do mundo, desfruta de uma riqueza infindável nas áreas de extração mineral, agricultura e pecuária, graças a sua vasta extensão territorial e possui um grande mercado consumidor (que até 2030 deverá ser o 5º maior do mundo).
A cada ano, em virtude da natural complementaridade existente entre os dois países, Brasil e Israel dinamizam suas relações comerciais ampliando as perspectivas de de negócios entre eles.
De 2009 a 2016, a corrente de comércio Brasil-Israel cresceu 21,53%, saltando de US$ 922 milhões para mais de US$ 1.120 milhões.
Além de setores em que o intercâmbio já é tradicional, como agricultura e tecnologia, têm surgido muitas oportunidades em novas áreas. Há espaço para crescimento em ambas as direções.
Esperamos que este material possa contribuir para o incremento na relação comercial entre os países e que possamos continuar contando com o apoio de todos nessa missão.

Boa leitura, bom trabalho!

Leo Rosenbaum
Tesoureiro da Câmara Brasil-Israel de Comércio e Indústria e Coordenador de Conteúdo Doing Business

Treasurer of the Brazil-Israel Chamber of Commerce and Industry and Content Coordinator of Doing Business

Jayme Blay
Presidente da Câmara Brasil-Israel de Comércio e Indústria

President of the Brazil-Israel Chamber of Commerce and Industry

It is with great satisfaction that the Brazil-Israel Chamber of Commerce and Industry releases “Doing Business” - second edition, a handbook with new and detailed information for those who want to do businesses in Brazil and in Israel. A bilingual publication written by renowned professionals of law offices that deal with different aspects of Israeli and Brazilian laws regarding businesses in general.
Israel currently is the country that, after the United States, has the biggest concentration of high-tech companies and startups (more than 3,000). The country has also the biggest rate of women entrepreneurs and is a leader in invention of new technologies.
Brazil, currently the 9th world economy, has an endless wealth in mineral extraction, agriculture and cattle breeding due to its territorial extension and also a big consumer market (until 2030 should be the 5th of the world).
Every passing year, due to the natural complementarity between both countries, Brazil and Israel boost their commercial relations enhancing the perspectives of business between both countries.
From 2009 to 2016, the Brazilian commercial exchange with Israel grew by 21.53% - it was US$ 922 million in 2009 and US$ 1 billion in 2016. In this period there was a meaningful growth in Brazilian imports from Israel and a smaller growth in Brazilian exports to Israel. There is space for development in both directions.
Besides the traditional sectors where the exchange already happens such as agriculture and technology, another opportunities in new areas have been coming up.
We hope that this material can contribute to an upgrade in the commercial relation of both countries and we also hope to count on everybody’s support for this mission.

Enjoy the reading and good business!

BRINGING YOUR GLOBAL FIRM TO ISRAEL

Israel is a hotbed for innovation. Over 100 international law firms with an Israel desk are competing for clients in a country the size of New Jersey. We know the market and we know how to make you succeed.

Services to international firms looking to increase their presence and brand awareness in Israel:

- Strategy and Business Development
- Road Show Planning
- Event Planning
- Increase Brand Awareness
- Email Marketing
- PR and Media
- Hebrew Content Writing

NÍSHLÍS | LEGAL MARKETING
SETTING THE BENCHMARK

WWW.LEGALMARKETING.CO.IL / DEBORAH@LEGALMARKETING.CO.IL
TEL: + 972-72-338-7595 / FOLLOW US:

expediente | expedient

Câmara Brasil-Israel de Comércio e Indústria / *Brazil-Israel Chamber of Commerce and Industry*

Conselho Deliberativo / *Deliberative Council*
Presidente / *President* Israel Vainboim
Vice-presidentes / *Vice presidents* Claudio L. Lottenberg e Dora Silvia Cunha Bueno
Conselheiros / *Counselors* Abram Szajman, Antônio Henrique Cunha Bueno, Beno Suchodolski, Boris Ber, Celso Lafer, Daniel Feffer, Marcos Arbaitman, Paulo Proushan, Sergio Herz e Romeu Chap Chap
Conselho Consultivo / *Consulting Council* Mauro Bento Salles e Ronald James Goldberg

Diretoria Executiva / *Executive Board*
Gestão / *Term* 2016-2018
Presidente / *President* Jayme Blay
Vice-presidentes / *Vice presidents* Jacques Sarfatti Mário Fleck, Paulo Feldmann e Renato Ochman
Secretário-geral / *Secretary-general* Ivan Luvisotto
Tesoureiros / *Treasurers* Abram Berland e Léo Rosenbaum
Diretores / *Directors* Eugênio Vago, Gabriel Schimchak, Israel Grytz, Marcio Lewensztajn, Martha Leonardis, Nelson Millner, Rafael E Mantovani e Roberto Davidowicz

Diretoria Regional / *Regional Board*
Minas Gerais: Marcos Brafman, Marcelo Mazoni Mendes, Fernando Beckerman, Flavio Calic, Luiz Guelman, Paulo Henrique Jelihovski, Silvio Musman e Eduardo Ceuto.
Rio de Janeiro: Fernado Lopes, Herry Rosenberg, Ruy Flaks Schneider e Efrahim Kopel Miniuk
Rio Grande do Sul: Sandro Wainstein e Sebastian Watenberg
Nordeste: Ramiro Becker e Sammy Charifker

Equipe Executiva / *Executive Staff*
Coordenadora / *Coordinator* Renata G. Plapler
Administrativo - Financeiro / *Administrative work - Financial* Patricia Potasio

DOING BUSINESS

Realização / *Production*
Câmara Brasil-Israel de Comércio e Indústria / *Brazil-Israel Chamber of Commerce and Industry* - cambici@cambici.org.br

Coordenadores de Conteúdo / Content Coordinators Deborah R. Srour (deborah.srour@gmail.com) e Leo Rosenbaum

Coordenadora Geral e Comercial / *Coordinator and Commercial*
Renata G. Plapler

Colaboração Especial / *Special Collaboration*
Câmara Israel-Brasil de Comércio e Indústria / *Israel-Brazil Chamber of Commerce and Industry* - contact@israel-brazil.org

Projeto Gráfico / *Graphic Project*
365 Assessoria de Comunicação

Diretor / Director Rogerio Rogick Lopes

Diretora de Criação / *Creative Director* Suzana S Rossi

Ilustração / *Illustration* © freepik

Foto de capa / *Cover photo*
©2014 Igor Stevanovic

Tradução parcial / *Partial translation*
BK Idiomas (andrea.kogan@bkidiomas.com.br)

Revisão / *Proofreading*
Tania Plapler Tarandach

Impressão / *Printing* Nywgraf Ed. Gráfica

DOWNLOAD PDF www.cambici.org.br/comunicacao/publicacoes/doingbusiness

Esse trabalho, cujos direitos autorais pertencem exclusivamente à Câmara Brasil - Israel de Comércio e Indústria, foi elaborado por escritórios associados à entidade e tem por objetivo consolidar os principais aspectos jurídicos brasileiros com informações básicas necessárias para empresas israelenses que têm interesse em se instalar no mercado brasileiro.

The copyrights os this material belong exclusively to Brazil-Israel Chamber of Commerce and Insdustry, and was drafted by Law Offices associated to the Chamber in order to provide Israeli companies with basic information on the Brazilian legal system, in order to foster Israeli investiments in Brazil.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1713, cj. 61 - CEP 01452-001 - São Paulo/SP - Brasil
+55 (11) 3063-4424 - www.cambici.org.br

CÂMARA BRASIL-ISRAEL de Comércio e Indústria

Criação de uma empresa em Israel

Qualquer indivíduo ou pessoa jurídica pode constituir uma empresa em Israel, desde que os objetivos da mesma não firam a legalidade ou a moralidade.

CONSTITUIÇÃO DE UMA EMPRESA

Em Israel, constitui-se uma empresa mediante seu registro junto ao Departamento de Registro de Companhias, no Ministério da Justiça e com a Autoridade Fiscal (Ministério das Finanças).
Além do pagamento de NIS 2.244 (dois mil, duzentos e quarenta e quatro novos shekalim), a título de taxa de registro, e do preenchimento de um formulário específico, é necessário apresentar os seguintes documentos:
1. Declaração do principal diretor (diretores) da empresa, atestando seu interesse em ocupar tal cargo;
2. Contrato Social da empresa a ser criada, incluindo os seguintes itens:
A. Razão Social da empresa – A razão social da empresa deve indicar a limitação da responsabilidade social de seus acionistas, mediante a inclusão do sufixo "Ltda.". A razão social não deve induzir a uma interpretação errônea ou fraudulenta.
B. Propósitos da empresa – A empresa deve estipular seus propósitos no Contrato Social.
Pode estabelecer como propósito o envolvimento em qualquer atividade legal, um propósito específico ou, ainda, que a empresa não se envolverá em uma atividade específica.
C. Capital Social – Uma empresa deve declarar seu capital social em seu Contrato Social, bem como a quantidade e os diferentes tipos de ações.
O montante de capital nominal (capital declarado) pode ser determinado de forma discricionária; entretanto, quando o capital é nominal, o valor de cada ação deve ser declarado.
D. Limitação de Responsabilidade Social – O Contrato Social da empresa deve incluir a limitação da responsabilidade dos acionistas.
Toda empresa deve conduzir o registro de seus acionistas, sendo necessário ter uma sede registrada em Israel, a cujo endereço as notificações devem ser encaminhadas.
De acordo com a nova Lei das Sociedades Comerciais, do ano 5759 (1999), é possível constituir-se uma empresa de um único proprietá-

The establishment of a company in Israel

Any individual or legal entity, may establish a company in Israel, as long as the company's goals aren't illegal or immoral.

THE ESTABLISHMENT OF A COMPANY

In Israel, a company is established with its registration with the Registrar of Companies in the Ministry of Justice and the Tax Authority (Ministry of Finance). In addition to the registration fee in the amount of 2,244 NIS and the filling out of a form, the following documents are required:
An affidavit of the first director (or directors) of the company, stating that he or she is willing to act as director.
The Articles of Association of the company to be established, which must include the following:
The company's name - The name of the company must show the limitation of the liability of the shareholders, by including the suffix "Ltd". The company's name must not be misleading or deceptive.
The company's goals – A company must state its goals in the company's Articles of Association. The company may state its goals to engage in any legal activity, may state a specific goal or that the company will not engage in a specific activity.
Registered capital - A company must state its registered capital in the company's Articles of Association, including the amount and different kind of shares. The amount of nominal capital may be determined discretionary; however, when the capital is nominal, the value of each share must be stated.
Limitation of liability – The Company's Articles of Association must include the limitation of the liability of the shareholders.
Every company must manage registration of the company's shareholders and must have a registered office in Israel, to where notices to the company may be sent.
Under the new Companies Law, 5759-1999, it is possible to establish a one-man-company while nationality or place of residence or business of the establishing shareholders is of no relevance.

rio, ao passo que a nacionalidade ou local de residência ou comercial dos acionistas constituintes carecem de relevância.

EMPRESA DE CAPITAL ABERTO (OU PÚBLICO)

Uma empresa de capital aberto é aquela cujas ações são registradas em Bolsa de Valores ou foram ofertadas ao público, em Israel, por previsão, ou foram ofertadas no Exterior, de acordo com a legislação israelense, e são mantidas pelos compradores públicos.
Uma empresa de capital aberto é obrigada a apresentar relatório e demonstrativos financeiros anuais, devidamente auditados, à Bolsa de Valores e às autoridades responsáveis pela fiscalização dos valores mobiliários.
Qualquer alteração na razão social ou no endereço da empresa deve ser notificada ao Departamento de Registro de Companhias no Ministério da Justiça, bem como se ocorrer uma fusão ou transformação da empresa em empresa privada ou de capital fechado.

EMPRESA PRIVADA (OU DE CAPITAL FECHADO)

Uma empresa privada é aquela que não é pública. A empresa privada é obrigada a apresentar relatório anual ao Departamento de Registro das Companhias, no Ministério da Justiça. Deste relatório devem constar as alterações feitas no Contrato Social da empresa, bem como as mudanças na diretoria ou no capital social.

EMPRESA ESTRANGEIRA

Uma empresa constituída no estrangeiro, que não possui registro em Israel, está apta a operar a partir de uma filial ou escritório sediado em Israel apenas após o devido registro no país e pagamento da taxa de registro. Tal taxa, atualmente, está fixada no valor de NIS 2.244 (dois mil, duzentos e quarenta e quatro novos shekalim). A solicitação de registro deve ser apresentada ao órgão competente, acima mencionado, dentro de 30 (trinta) dias a partir do dia em que a empresa tiver estabelecido sua filial ou escritório em Israel.
Se na razão social da empresa constar a palavra "Limitada", esta deverá exibir sua razão social e o nome do país onde está constituída em cada uma de suas faturas, cartas, notificações, publicidades ou publicações oficiais.
Para obter o registro, uma empresa estrangeira deve apresentar ao Departamento de Registro das Companhias toda a documentação necessária, conforme segue:
1. Memorando de Constituição, determinando a identidade corporativa e os propósitos da companhia, devidamente traduzidos para o hebraico e autenticados conforme a legislação.
2. Uma relação dos diretores da empresa.
3. Nome da pessoa residente em Israel autorizada pela empresa a receber, em nome da empresa, documentos, inclusive documentos e notificações legais.
4. Procuração devidamente autenticada dando poderes a um indivíduo, residente em Israel, para operar em nome da empresa.
Uma empresa estrangeira registrada em Israel é obrigada a apresentar relatório anual ao Departamento de Registro das Companhias.
A situação legal de uma empresa estrangeira é determinada pela legislação societária do país onde foi constituída. A legislação israelense aceita a figura jurídica de uma empresa estrangeira, que é determinada pela legislação do país estrangeiro, devido exclusivamente à lei internacional do direito privado. A legislação israelense não concede status de figura a empresas estrangeiras.
Uma companhia estrangeira que possua negócios em Israel, mas que não estabeleceu uma filial ou uma sede local, não necessita registrar-se no país.

PUBLIC COMPANY

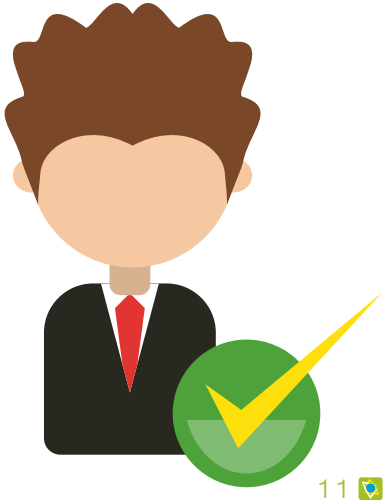
A public company is a company that its shares are either, registered on a stock exchange, or were offered to the public in Israel, or were offered abroad, according to the Israeli law and are held by the public .
A public company must submit an annual audited report and financial statements to the securities authority and the stock exchange.
Any change in the company's name or address, is to be reported to the Registrar of Companies, as well as mergers or the privatization of the public company.

PRIVATE COMPANY

A private company is a company that isn't a public company. A private company must submit an annual report to the Registrar of Companies. The report must include changes that were made in the company's Articles of Association, change of directors or capital.

FOREIGN COMPANY

A company that was established abroad and that is not registered in Israel can operate from a branch or local office in Israel, only after registration and paying a fee. The registry fee is currently 2,244 NIS.
The application of registration must be submitted the Registrar of Companies, within 30 days from the day the company established a branch or local office in Israel.
If the company uses the term "limited" as part of its name, then it must display its name and the name of the country in which it is incorporated in every invoice, letter, announcement, advertisement or official publications.
In order to register, a foreign company must submit all the necessary to the Registrar of Companies as follows:
Memorandum of Association, which establishes the corporate identity and principal objectives of the company, translated to Hebrew and authenticated according to the law.
A list of the company's directors.
The name of a person resident in Israel, who is authorized by the company to accept on the company's behalf, documents, including judicial documents and notifications.
An authenticated power of attorney that empowers one, resident in Israel, to operate on the company's behalf.
A foreign company registered in Israel, also must submit an annual report to the Registrar of Companies.
A foreign company's legal status, is determined by the laws of the country where it was established.
The Israeli law accepts a foreign company's legal entity, which is determined by the foreign law, under the international private law only.
The Israeli law doesn't grant legal entity status to foreign companies.
A foreign company, that has business in Israel, but did not establish a branch or local office, doesn't have to register in Israel.



Taxação em Israel

TRIBUTAÇÃO CORPORATIVA EM ISRAEL

Para motivos de tributação, uma empresa que é definida como sediada em Israel está submetida às taxas israelenses em seu faturamento mundial, com crédito concedido para uma taxa paga fora de Israel. Empresas não sediadas em Israel são sujeitas à taxa israelense e faturamento acumulado ou proveniente de Israel, a menos que caso contrário fornecida em acordo aplicável de taxas (Israel assinou acordos de impostos com 54 países). Uma empresa é considerada israelense se a companhia incorporada em Israel ou suas atividades são controladas e gerenciadas em e de Israel.

A determinação da gestão e controle da empresa inclui as seguintes considerações: o local efetivo de gerenciamento da empresa, o local efetivo das decisões estratégicas a respeito da empresa, o local das reuniões de conselho, etc. Uma empresa estrangeira, gerenciada e controlada por um residente novato ou residente veterano em regresso, não será classificada como uma empresa israelense sediada por um período de 10 anos a partir da data de chegada.

Em 2017, o Tributo Corporativo em Israel foi reduzido a 24% (25% em 2016), e para 23%, em 2018. Empresas sediadas são isentas das taxas dos dividendos entre empresas. Dividendos estrangeiros (provenientes da empresa estrangeira) são taxados em 23% no imposto corporativo (sujeito à taxa de crédito direto e indireto). Dividendos distribuídos por "empresa preferencial" – 20% VAT, a taxa é de 17%.

Taxas de retenção na fonte: dividendos pagos a um residente estrangeiro sem controle, isto é, uma pessoa que possui menos de 10% do controle da empresa significa 25%, caso contrário, a taxa é de 30%. Dividendos distribuídos pela empresa preferencial: 20%. Juros e royalties: 23% de imposto sobre as sociedades.

Taxation in Israel

CORPORATE TAXATION IN ISRAEL

A company that is defined as an Israeli resident for Israeli tax purposes is subject to Israeli tax on its worldwide income with credit granted for a tax paid outside of Israel. Nonresident companies are subject to Israeli tax on income accrued or derived in Israel, unless otherwise provided in an applicable tax treaty (Israel signed Tax Treaties with 54 countries). A company is considered Israeli resident if the company incorporated in Israel or its activities is controlled and managed from Israel. The determination of company's management and control includes following considerations: the actual place of the management of the company, the actual place of the strategic decision making with respect to the company, the location of the board meetings and etc. A foreign company managed and controlled by a first-time resident or by a veteran returning resident will not be classified as an Israeli resident company for 10 years period from arrival day. Corporation Rate in Israel has been reduced in 2017 to 24% (25% in 2016), and to 23% — in 2018. Resident companies are tax exempt from inter-company dividends. Foreign dividends (arrived from foreign company) – are taxed at the regular 23% company tax rate (subject to direct and indirect foreign tax credit). Dividends distributed by "preferred company" – 20%. VAT Rate is 17%.

Withholding tax rates: dividends paid to a non-controlling foreign resident, i.e. person who holds less than 10% of the company's control means – 25%, otherwise the rate is 30%. Dividends distributed by preferred company – 20%. Interest and royalties - 23% corporate income tax.

Preferred Company

An Israeli company, the main activity of which (in the relevant tax year) is a "production activity"

Empresa Preferencial
Uma empresa israelense, cuja atividade principal é classificada (no ano fiscal pertinente) como uma "atividade de produção" (incluindo software e produtos de desenvolvimento), poderá habilitar-se como uma "Empresa Preferencial" ou uma "Empresa Preferencial de Tecnologia" para o propósito da Lei de Encorajamento de Investimentos de Capital. Como tal, pode ser habilitada a pagar menores taxas de juros, conforme segue: "Empresa Preferencial" taxa de 16% e 7.5% (em uma área específica A); "Empresa Preferencial de Tecnologia" taxa de 12% e 7.5% (em uma área específica A), etc.

INCENTIVOS E BENEFÍCIOS DE JUROS PARA EMPRESAS DE ALTA TECNOLOGIA

I. A Lei dos "Anjos" - (The 'Angels' Law) permite a investidores, individuais ou em parceria, deduzir investimentos (até NIS 5 milhões por empresa visada) feitos até 31 de dezembro de 2019 para uma empresa startup elegível ou empresa visada. A dedução é dividida em um período de três anos, começando no ano fiscal no qual o investimento foi feito.

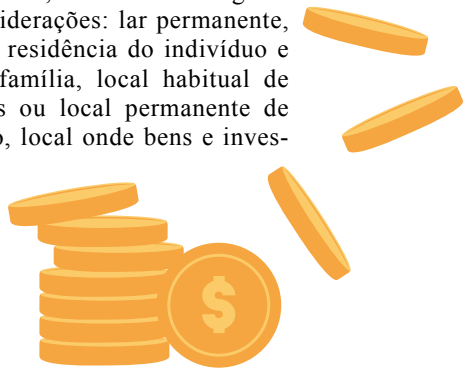
II. Dedução para compra de ações em outras empresas P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) – empresas que compram ao menos 80% das ações de uma empresa P&D qualificante podem deduzir o valor da compra por um período de cinco anos, a partir do ano seguinte à compra. Há condições e limitações para se qualificar a esse benefício.

BENEFÍCIOS ESPECIAIS DE TAXAS PARA RESIDENTES ESTRANGEIROS

Venda de ações em Empresa Privada – sujeita a certas limitações, a isenção total é aplicada aos Ganhos de Capital de residentes estrangeiros (entidades e indivíduos), derivados da venda de títulos de uma empresa privada israelense.
Venda de ações em uma empresa negociada publicamente – residentes estrangeiros (entidades e indivíduos) são isentos das taxas de ganhos de capital em ganhos da venda de ações negociadas na Bolsa de Ações de Tel Aviv, a menos que o ganho seja atribuído ao estabelecimento estável que o vendedor mantém em Israel.
Regras de Isenção Especial da Administração Fiscal Israelense estão disponíveis para investidores estrangeiros em Fundos de Capital de Risco Estrangeiro/Fundos Especulativos Israelenses.

TRIBUTAÇÃO INDIVIDUAL EM ISRAEL

Os residentes israelenses são taxados em seu rendimento a nível mundial; não residentes são taxados apenas na fonte de renda israelense. Um residente israelense é definido como um indivíduo cujo "centro dos interesses vitais" esteja em Israel, incluindo as seguintes considerações: lar permanente, local de residência do indivíduo e de sua família, local habitual de negócios ou local permanente de emprego, local onde bens e investimentos estão localizados, local de associação em organizações, associações e instituições. Somado a isso, há uma suposição de quantidade, assim, o "centro dos interesses vitais" de um indivíduo está localizado em Israel se o indivíduo passa ao menos 183 dias em um ano em Israel (primeira suposição) ou um indivíduo passa no ano relevante ao menos 30 dias em Israel e, junto com os dois anos anteriores, sua estada em Israel é de 425 dias ou mais (segunda suposição).
Um residente estrangeiro (não residente) é uma pessoa que não é uma "cidadã israelense" e/ou um indivíduo que permaneça fora de Israel a maior parte do tempo por um período de ao menos quatro anos.
O imposto sobre esse rendimento é progressivo até 47% e uma sobretaxa adicional de 3% é cobrada no rendimento anual excedente a NIS 640.000. Não há imposto sucessório e taxa de riqueza líquida em Israel.



ISENÇÃO DE IMPOSTOS POR 10 ANOS

Um residente que é qualificado como um "residente novato" ou um "residente veterano em regresso" está habilitado a benefícios fiscais por 10 anos, a partir da data de sua chegada.
Um "residente novato" é definido como um indivíduo que se tornou um residente israelense pela primeira vez. Um "residente veterano em regresso" é uma pessoa que foi considerada não residente por um período de pelo menos 10 anos consecutivos.
Os principais Benefícios Fiscais para Residentes Novatos e Residentes Veteranos em Regresso (que chegaram a Israel após 1º de janeiro de 2007) são:
Isenção da taxa de impostos de Israel por um período de dez anos para a receita (ativa e passiva) e bens que são acrescidos fora de Israel
Isenção de taxas de Ganhos de Capital derivadas da venda de um bem localizado fora de Israel durante o período de dez anos
Isenção de declaração de fonte de renda não israelense durante o período de dez anos. Deve ser salientado que há certas limitações nessas isenções, portanto é recomendado entendê-las com antecedência.

A discussão presente é baseada na lei de impostos israelense existente. Entretanto, não há garantia de que a futura legislação ou precedentes judiciais não devam resultar em mudança da lei existente e/ou nossa opinião.

(including software and development products) could be qualified to be a Preferred Company" or a "Preferred Technology Company" for the purpose of the Capital Investment Encouragement Law.
As such, it may be entitled to reduced tax rates, as follows: "Preferred Company" tax – 16% and 7.5% (in a specified area A), "Preferred Technology Company" tax – 12% and 7.5% (in a specified area A) etc.

HIGH TECH TAX INCENTIVES AND BENEFITS

I. The "Angels" - Law permits individual investors, or individual investors in a partnership, to deduct investments (up to 5 million NIS per target) made by 31 December 2019 to a qualifying R&D start-up company or target company. The deduction is spread over a three-year period starting with the tax year in which the investment is made.

II. Deduction for the purchase of shares in other R&D companies - company that purchases at least 80% from the shares of a qualifying R&D company may deduct the purchase amount for a period of five years starting from the year following the year of purchase. There are conditions and limitations for qualifying for the benefit.

SPECIAL TAX BENEFITS TO FOREIGN RESIDENTS

Sale of shares in Private Company - subject to certain limitations, full exemption is applied on the Capital Gain of foreign residents (entities and individuals) derived from the sale of securities of an Israeli private company.

Sale of shares in a Publicly traded Company - foreign residents (entities and individuals) are exempt from Israeli capital gains tax on gains from sale of shares traded on Tel Aviv Stock Exchange, unless the gain is attribute to permanent establishment the seller maintains in Israel.
Special Exemption Rulings from the Israeli Tax Authority are available to foreign investors in Israeli / Foreign Venture Capital Funds/ Hedge Funds.

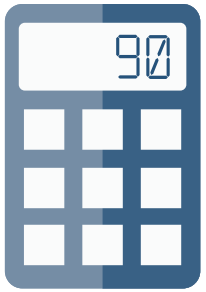
INDIVIDUAL TAXATION IN ISRAEL

Israeli residents are taxed on their worldwide income; non-residents are taxed only on Israeli source income. An Israeli resident is defined as an individual whose "center of vital interests" is in Israel, including the following considerations: permanent home, place of residence of the individual and his or her family, habitual place of business or permanent place of employment, place where assets and investments are located, place of membership in organizations, associations and institutions.
In addition, there is a quantity presumption, according to it, the "center of vital interests" of an individual is located in Israel if individual spends in Israel at least 183 days in a year (first presumption) or an individual spends in Israel in the relevant year at least 30 days and together with the two previous years, his staying in Israel is 425 days or more (second presumption).
A foreign resident (nonresident) is a person who is not an "Israeli resident" and/or an individual who stays out of Israel most of the time with his family for at least four years period.
The income tax rates are progressive up to 47%, an additional 3% surtax is levied on annual income exceeding 640,000 NIS. There is no inheritance tax and net wealth tax in Israel.

10 YEARS TAX HOLIDAY

A resident who are qualified as a "first time resident" or a "veteran returning resident" is entitled to tax benefits for 10 years period from the arrival date.
A "first time resident" is defined as an individual who became an Israeli resident for the first time. A "veteran returning resident" is a person who was considered a nonresident for a period of at least 10 consecutive years.
The major Tax Benefits for First Time Residents and Veteran Returning Residents (who arrives to Israel after January 1, 2007) are as follows:
Exemption from Israeli income tax for a ten years period for income (active and passive) and assets that accrued outside of Israel.
Exemption from Capital Gains tax derived from the sale of an asset located outside of Israel during the Ten Years Period.
Exemption from Reporting their non – Israeli source income during the Ten Years Period.
It should be emphasized that there are certain limitations on those exemptions thus it is recommended understanding them in advance.

The discussion herein is based on the existing Israeli tax law. However, there is no assurance that future legislation or judicial precedents shall not result in a change of the existing Israeli law and /or our opinion. ●



S&F
Shimoni & Fink
Law Offices

Gershon Fink Adv.
Tel.: +972 543279018
Email: gershon@shimonifinklaw.com
Asia House, 4 Weizmann Street
Tel Aviv 642329
www.shimonifinklaw.com

Assessoria Jurídica em Israel

- Transações Imobiliárias
- Tributacao Internacional e Trusts
- Beneficios de Aliya
- Inventario e Herança
- Sociedades internacionais

Falamos inglês, português e hebraico

3

As obrigações do empregador em relação ao empregado

O empregador israelense tem diversas obrigações em relação ao empregado, a dizer:

PAGAMENTO DE SALÁRIO

O empregador é obrigado a pagar, mensalmente, ao empregado que trabalha em período integral um salário, não inferior ao salário mínimo vigente de acordo com a legislação israelense, que, no presente, totaliza NIS 5.300,00 (cinco mil e trezentos novos shekalim). O empregador pagará ao empregado seu salário mensal até o nono dia de cada mês. O pagamento do salário em data posterior constituirá retenção de salário e dará ao empregado direito a indenização por retenção de salário. O empregador remunerará o empregado pelas horas extras trabalhadas além das determinadas para sua função. Considerando-se um empregado que trabalhe cinco dias por semana, a obrigação de pagar pelas horas extras começará a partir da primeira hora que o empregado trabalhar além das nove horas diárias.

DESPESAS DE TRANSPORTE

O empregador participará das despesas arcadas pelo empregado que necessite transporte para ir e vir do local de trabalho. As despesas de transporte são determinadas pelo custo das tarifas do transporte público ou pelo custo de um bilhete "válido por um mês".
A distância que concede ao empregado o direito a pagamento das despesas de transporte é de 500 metros, no mínimo, entre o local de trabalho e a residência do empregado, ou a distância entre duas paradas do meio de transporte público.

PAGAMENTO DO SEGURO NACIONAL E CONTRIBUIÇÃO PARA A SAÚDE

O empregador segurará o empregado nos termos previstos no Seguro Nacional (National Insurance), mesmo que o empregado trabalhe por período parcial ou por hora.

The duties of an employer towards an employee

An Israeli employer has different obligations towards an employee, as follows:

SALARY PAYMENT

An employer is obligated to pay an employee, who works a full-time job, on a monthly basis, a salary that shall not be less than the minimum wage customary under the Israeli law and which to date amounts to 5,300 NIS. The employer shall pay the employee his monthly salary up to the 9th day of every month. Payment of the salary on a later date shall constitute the holding back of wages and shall entitle the employee to compensation by his employer for the holding back of wages. The employer must also compensate the employee for working overtime beyond the hours determined in his/her job definition. Regarding an employee who works five days a week, the obligation to pay for the additional overtime hours shall commence from the first hour the employee works beyond the nine hours a day.

TRANSPORTATION EXPENSES

The employer shall participate in the expenses borne by an employee who is in need of transportation in order to reach the place of work and back. Transportation expenses are determined by the cost of the public transportation fare or by the cost of a "month-free" ticket. The distance entitling the employee to payment of transportation expenses, is either at least 500 meters between the place of work and the employee's home or the distance of two stops by means of public transportation.
Payment of National Insurance and Health Tax
The employer shall insure the employee under the National Insurance, even if the employee holds a partial or hourly job. Payment to National Insurance grants the employee insurance in case of an accident at work,

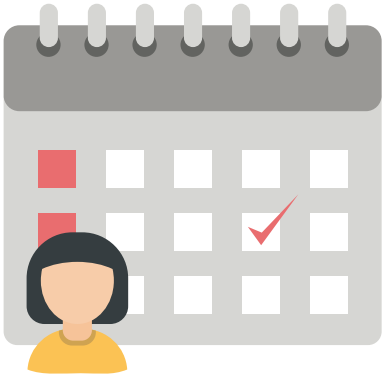
A contribuição ao Seguro Nacional provê ao empregado seguro em caso de acidente no trabalho, pagamento de hospitalização no parto, pagamento e licença-maternidade, assim como pagamento de salário e indenização por demissão do empregado, caso o empregador vá à falência. É obrigação do empregador o pagamento de Seguro Nacional para o empregado, mesmo que este empregador pague uma alíquota reduzida do valor do Seguro Nacional (quando o seu salário for 60% ou menos do salário médio na economia).
Assim sendo, desde 1º de janeiro de 2008, o percentual integral das contribuições do Seguro que o empregador deverá pagar é de 5,43% do salário do empregado e a alíquota reduzida da contribuição ao Seguro Nacional é de 3,85% do salário do empregado.
O empregador não é obrigado a pagar a contribuição para a saúde porém, normalmente, o empregador deduz essa contribuição do salário do empregado e faz o pagamento. Da mesma forma que o Seguro Nacional, a alíquota de contribuição para a saúde também varia conforme o salário do empregado.

DESCANSO SEMANAL

Todo empregado tem direito ao descanso semanal de 36 horas consecutivas por semana. O dia do descanso semanal varia de acordo com a religião do empregado. Em se tratando de empregado judeu, o sábado (Shabat) está incluso nas horas de descanso semanal; quando se trata de um não judeu, as horas de descanso semanal incluem a sexta-feira, o sábado ou domingo, dependendo da religião professada pelo empregado.

FÉRIAS ANUAIS

De acordo com os dispositivos da Lei de Férias Anuais de 1951 (Annual Vacation Law of 1951), todo empregado tem direito a férias anuais pagas, desde que



tenha havido vínculo empregatício no decorrer do ano anterior e por um mínimo de 200 dias.
O número de dias a que um empregado tem direito é derivado do tempo de serviço em seu emprego e depende do número de dias trabalhados por semana. Portanto, um empregado com tempo de serviço entre um e 4 (quatro) anos, que trabalhe 5 (cinco) dias por semana, tem direito a 10 (dez) dias de férias mais 2 (dois) dias adicionais, que são os do descanso semanal (aos quais todo empregado tem direito), conferindo ao empregado um total de 12 (doze) dias de férias. Um empregado com 14 (quatorze) anos ou mais de tempo de serviço, que trabalhe 5 (cinco) dias por semana, tem direito a 20 (vinte) dias de férias, não incluindo os dias de descanso semanal. Um empregado que esteja empregado por período inferior a 200 (duzentos) dias por ano terá direito a menos dias de férias, sendo estas calculadas proporcionalmente aos dias trabalhados. O valor financeiro dos dias de férias é o salário que o empregado teria recebido por esses dias, caso não tivesse tirado férias. Um empregado que não gozou os dias de férias

payment for hospitalization during childbirth, childbirth-fees and maternity leave as well as payment of salary and compensation for dismissal of the employee in case the employer goes bankrupt. It is the employer's obligation to pay National Insurance for the employee even if the employer pays a reduced rate of National Insurance payment (where the employer's salary is 60% of the average salary in the economy or less). Therefore, starting from January 1, 2008 the full rate of Insurance fees for which the employer is liable is 5.43% of the employee's salary and the reduced rate of the National Insurance fee is 3.85% of the employee's salary.
The employer is not obligated to pay the health tax, but it is customary for the employer to deduct such health tax from the employee's salary and pay it. As the payment to the National Insurance, the rate of the health tax also varies in accordance with the level of the employee's salary.

WEEKLY REST

Each employee is entitled to a weekly rest of 36 consecutive hours per week. The day of weekly rest varies in accordance with the employee's religion. When talking about a Jewish employee, the Sabbath is included in the weekly rest hours and when talking about a gentile, the weekly rest hours include Friday, Saturday or Sunday depending on the religion to which the employee belongs.

ANNUAL VACATION

In accordance with the law of Annual Vacation Law of 1951, every employee is entitled to a paid annual vacation, as long as there has been an employer-employee relationship throughout the preceding year and at least for 200 days. The number of days to which the employee is entitled is a derivative of the years of seniority the employee holds at his place of work and depending on the number of days worked per week. Therefore, an employee with seniority of between one to four years, who works five days a week, is entitled to 10 days of vacation + 2 additional days that are weekly rest-days (to which every employee is entitled) entitling the employee to a total of 12 days of vacation. An employee with seniority of 14 years and up who works five days a week is entitled to 20 days of vacation, not including the weekly rest-days. An employee who has been employed less than 200 days per year shall be entitled to less days of vacation calculated pro-rata. The financial value of the vacation days is as the regular salary worth that the employee should have earned for those days had he not gone on vacation. An employee who has not made use of the vacation days to which he is entitled, shall have the right to be paid vacation proceeds when severing the employer-employee tie between him and his employer, at the value level of those days of vacation due to him for three years preceding the severance of the employer-employee relationship.

REST HOME PAY

An employer is obligated to pay convalescence days to an employee who has completed a full year's work. As of today, the convalescence pay per day in the private sector amounts to NIS 378. The number of days of convalescence pay to which the employee is entitled fluctuates between five to ten

a que fez jus terá direito ao pagamento dessas férias quando do rompimento do vínculo empregatício entre empregado e empregador, no valor dos dias de férias a ele devidos pelos 3 (três) anos antecedentes à cessação do vínculo empregado-empregador.

DESCANSO REMUNERADO

O empregador é obrigado a pagar descanso remunerado ao empregado que tenha completado um ano inteiro de trabalho. Atualmente, o pagamento do descanso remunerado no setor privado é de NIS 378 (trezentos e setenta e oito novos shekalim) por dia e no setor público é de NIS 372 (trezentos e setenta e dois novos shekalim) por dia.

PAGAMENTO PREVIDENCIÁRIO

Todo empregador é obrigado a reservar quantias relativas ao seguro previdenciário para seus empregados assim que o empregado completar 9 (nove) meses de trabalho para o empregador. O direito a pensão passará a vigorar para um empregado do sexo masculino quando ele atingir a idade de 21 (vinte e um) anos e do sexo feminino aos 20 (vinte) anos, continuando até o dia da aposentadoria, de acordo com a lei.
A taxa de atribuição atualmente é da seguinte forma: (a) 6% o empregador deve pagar para a previdência, (b) 5,5% o empregado deve pagar para a previdência e (c) 6% o empregador deve pagar quando ocorrer a cessação de vínculo (indenização por demissão). Estas percentagens se aplicam ao salário efetivo mais baixo e ao salário médio nacional. O valor deve ser pago depois de 6 (seis) meses de emprego para o empregado que não tinha plano previdenciário, mediante o início do emprego com novo empregador ou, se houver um fundo previdenciário apropriado, depois de 3 (três) meses retroativos ao primeiro dia de trabalho.
O empregado, que já estiver segurado em um plano previdenciário e começar a trabalhar em novo local de trabalho, tem o direito ao seguro previdenciário no novo local de trabalho a partir de seu primeiro dia de trabalho, enquanto a transferência para o fundo de pensão onde ele está segurado se dará depois de 3 (três) meses de trabalho e será efetuada retroativamente, ou no encerramento do ano fiscal, o que ocorrer primeiro.

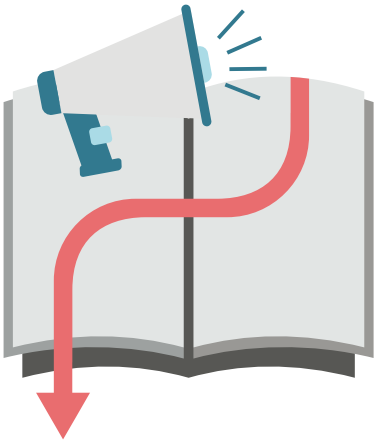
PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÃO POR DEMISSÃO E AVISO PRÉVIO

O empregador que demitir um empregado, que tenha trabalhado para ele por mais de um ano, efetuará o pagamento de indenização por demissão ao empregado com base em seu salário mensal para cada ano trabalhado.
O empregador entregará um comunicado por escrito ao empregado, antes de sua demissão. O período referente ao aviso prévio depende do tempo trabalhado. O empregado mensalista tem direito a um dia de aviso prévio para cada mês dos primeiros seis meses de trabalho. A partir do sétimo mês de trabalho, o empregado tem direito a 6 (seis) dias de aviso prévio e a 2,5 (dois e meio) dias por mês trabalhado. Depois de um ano, o período do aviso-prévio é de um mês. Caso o empregador não cumpra o dever do aviso-prévio em relação ao seu empregado ou tenha dispensado a continuação do trabalho de seu empregado até o encerramento do aviso-prévio, o empregador deverá indenizar o empregado e pagar o salário a que ele teria direito, relativo a esse período.

days and is determined in accordance with the number of years of seniority the employee has at his workplace. Therefore an employee who has one year of seniority is entitled to five days of convalescence pay and en employee with 10-year seniority and up is entitled to 10 days convalescence pay. Convalescence pay is usually paid during the summer months.

PENSION PAYMENT

Every employer is obligated to allocate sums for pension insurance for its employees once the employee has completed 9 months of work for the employer. A male employee shall be entitled to pension from the age of 21 and a female employee from the age of 20 continuing until the date of retirement in accordance with the law.
The rate of allocations are currently at the following rates: (a) 6% on account of the Employer for pension, (b) 5.5% on account of the Employee for pension and (c) 6% on account of the Employer for severance pay. These percentages apply to the lower of an employee's actual salary and the national average salary. It must be funded after 6 months of employment for employees who did not have a pension plan in place upon commencement of employment with the new employer or, if there was a pension fund in place, after 3 months retroactive to the first day of employment.
An employee who has begun to work at a new place of work when he is already insured under a pension payment, is entitled to be insured at his new place of work starting from his first day of work, whilst the secreting into the pension fund where he is insured shall commence after 3 months of work and shall be performed retroactively or at the end of the fiscal year the earlier of the two.



PAYMENT OF DISMISSAL FEES AND EARLY NOTIFICATION FEES

En employer who fires an employee who has worked for him for over a year shall pay dismissal fees to the employee at the level of his monthly salary for each year of work.
The employer shall give a written notification to the employee prior to his dismissal. The period for prior notice depends on the time span during which the employee was employed. An employee with a monthly salary is entitled to one day of prior notice for each month of the first six months of work. Starting from the seventh month of work the employee is entitled to a prior notice period of six days and 2.5 days for each month of work. After a year's work the period for prior notice is one month. In case the employer does not fulfill the duty of prior notice towards his employee or has waived the continuation of employment of his employee until the end of the prior notice period, the employer nonetheless must compensate the employee and pay him the salary to which he would have been entitled during this period.

Os vistos Israelenses

Muitos cidadãos de países estrangeiros estão interessados em entrar e ficar em Israel por diferentes razões e períodos. De acordo com a lei israelense, todos os cidadãos de países estrangeiros precisam de uma permissão do Ministério do Interior para entrar e permanecer em Israel.
Israel tem acordos de isenção de visto com muitos países – como o Brasil, por exemplo – para visitas de até 90 dias.
É necessário notar que a concessão de um visto pelo Estado de Israel para uma pessoa com passaporte estrangeiro (nacional ou oficial) não necessariamente implica no reconhecimento da autoridade ou entidade que emitiu tal passaporte.

B/1 - VISTO DE TRABALHO (OU PERMISSÃO PARA TRABALHO)

O visto de trabalho B/1 Work destina-se à pessoa cuja estada em Israel é aprovada por um período limitado, com o propósito de trabalho. O visto é dado a profissionais e artistas, entre outros, e é concedido somente com a aprovação do Ministério do Interior.
A taxa é paga pelo requerente, quando a requisição é submetida a um dos escritórios de administração da população do Ministério do Interior. A validade do visto de trabalho B/1 será dada de acordo com as diretrizes do Ministério do Interior. O trabalhador deve entrar em Israel dentro do período especificado no visto e ficar no país como especificado no visto. Uma pessoa que recebe tal visto pode pedir a um dos escritórios de administração da população do Ministério do Interior para estender o visto. O processo pode levar, em alguns casos e regiões, entre 4 (quatro) e 8 (oito) semanas.

Nota especial: Visto de trabalho e permissões
O visto de trabalho pode ser obtido no país de residência

The Israeli Visas

Many citizens from foreign countries are interested in entering and staying in Israel for various purposes and different durations. According to the Entry into Israel Law, every citizen of a foreign country requires a permit from the Minister of the Interior to enter and stay in Israel.
Israel has visa exemption agreements with many countries, such as Brazil - for visits of up to 90 days.
Please note that the grant of a visa by the State of Israel to a person bearing a foreign passport (national or official) does not necessarily imply recognition of the authority or entity that issued such passport.

B/1 - WORK VISA (OR WORK PERMIT)

The B/1 Work visa is for a person whose stay in Israel is approved for a limited period for the purpose of work. This visa is given to experts and artists, among others, and is granted solely with the approval of the Ministry of the Interior.
The fee is paid by the applicant when the application is submitted to one of the population administration offices of the Ministry of the Interior.
The validity of the B/1 Work visa will be in accordance with Ministry of Interior guidelines. The worker must enter Israel within the period specified in the visa and stay in the country as specified in the visa. A person who receives such a visa may apply to one of the population administration offices of the Ministry of the Interior to extend the visa. The process can take in some cases and regions between 4 to 8 weeks.

Special Note: Work Visa and Permits
Work visa may be obtained either at your home country or in Israel with a tourist visa. Working in Israel without a work visa is forbidden.

do solicitante ou em Israel com um visto de turista. Trabalhar em Israel sem um visto de trabalho é proibido.
O empregador (incluindo agências de emprego) deve obter uma permissão de trabalho válida para seu empregado, certificada pelo Ministério do Interior. O passaporte será carimbado com um visto de trabalho juntamente com o nome do empregador.
O visto de trabalho será válido somente para um trabalho específico e é ilegal trabalhar em outro negócio.

VISTO DE VISITANTE B/2

Um visto de visitante B/2 é concedido a aquela pessoa que queira ficar em Israel somente por um período de tempo (para uma visita, turismo, uma viagem de negócios ou estudo em um Ulpan - aprendizagem de hebraico). Uma pessoa que entra em Israel com um visto B/2 não pode trabalhar no Estado de Israel.
O termo "viagem de negócios" não é definido especificamente na lei israelense. Contudo, está claro que se o objetivo da viagem proposta a Israel implica em trabalho produtivo de qualquer espécie, o visto de trabalho B/1 deve ser obtido. Isto acontece sem levar em conta a duração esperada da estada em Israel.
Já que a "viagem de negócios" não está especificamente definida na lei israelense, as atividades propostas de alguns indivíduos estrangeiros podem cair numa "área cinzenta". Exemplos: (1) indivíduos que procuram participar em grupos de desenvolvimento e pesquisa; (2) instalação de hardware; (3) suporte em serviço de campo. Em tais casos é altamente recomendado que a empresa/indivíduo consulte uma empresa de advocacia em relação às opções de visto e use seus serviços profissionais e experientes.
Um visto B/2 é válido por até 3 (três) meses a partir da data da emissão e pode ser aprovado para várias entradas durante esse período. A duração da estada em Israel será determinada pela Polícia da Fronteira. Um visitante que queira estender sua visita pode submeter um requerimento a um dos escritórios regionais de administração da população do Ministério do Interior.

Informações adicionais importantes

Há casos nos quais a pessoa pode requerer em paralelo o visto de trabalho B/1 e o visto de visitante B/2, principalmente pelo tempo do processo, em casos de incerteza de trabalho, ou reuniões iniciais que não envolvam trabalho, mas necessitam de presença física em Israel.
Alguns fatos que vêm aumentando em relação à aprovação do visto podem incluir: educação formal, cartas-convite, idade do requerente, estado civil, histórico de viagens e currículo profissional.
No caso de um visto de trabalho B/1 emitido por um Profissional Externo, a gerência do empregador israelense terá que assinar, para cada empregado, um documento oficial do governo que declara total responsabilidade para que as leis empregatícias israelenses sejam seguidas, incluindo horas extra, um mínimo de salário médio dobrado, seguro médico e indenização demissional.
Um visto de trabalho B/1 pode ser estendido após um ano, mesmo se a permissão é para um período maior.

B/2 VISITOR VISA

A B/2 Visitor visa is granted to someone who wishes to stay in Israel for only a short time (for a visit, tourism, a business trip or study in a Hebrew Ulpan). A person who enters Israel on a B/2 visa is not allowed to work in the State of Israel.
The term "business trip" is not specifically defined in Israeli law. Nonetheless, it is clear that if the purpose of the proposed travel to Israel entails productive work of any kind, a B/1 work permit must be obtained. This is regardless of the expected duration of the individual's stay in Israel.
Because "business trip" is not specifically defined in Israeli law, the proposed activities of some foreign nationals may fall into a "gray area". Examples include: (1) individuals seeking to participate in R&D groups; (2) install hardware; or (3) provide field service support. In such cases, it is highly recommended for the company/individual to consult with a Law-firm with regard to appropriate visa options, and use their professional and experienced services.
A B/2 visa is valid for up to three months from the date of issue, and can be approved for several entries during this period. The duration of the stay in Israel will be determined by the Border Police. A visitor who wishes to extend his visit may submit an application at one of the regional population administration offices of the Ministry of the Interior.

Additional Important Information

There are cases in such a person can submit on parallel for a B/1 Work visa and a B/2 Visitor visa, mainly due to the length of the process, or in cases of business uncertainty or initial meetings which doesn't involve working but requires physical attendance in Israel.
Some increasing factors for visa approval may include formal education, invitation letter, age of the applicant, marriage status, travel history and professional resume.
In case of B/1 work visa issued for External Expert, the Israeli employer management will be requested to sign for each employee an official government document that declares for full responsibility to follow Israel Employment laws, including overtime hours, a minimum of double average wage salary, medical insurance and severance pay.
A B/1 work visa must be extended after a year, even if the permit is for a longer period.

5 Propriedade intelectual

Israel, na vanguarda das inovações tecnológicas, tem proteções muito fortes para a propriedade intelectual.

PATENTES

Toda invenção que for novidade, seja um processo ou um produto que envolva um ato inventivo, e tiver aplicação na indústria ou na agricultura, pode ser patenteada.
Para que uma patente seja registrada, a Lei Israelense de Patentes (Israeli Patent Law) exige também que esta seja original e novidade no mundo todo. Qualquer publicação ou exploração de uma invenção patenteável, em qualquer lugar do mundo, antes da data do registro em Israel, impedirá que a patente seja registrada.
Um pedido de registro de patente deve ser submetido ao Escritório de Patentes (Patent Office), incluindo as especificações da patente. O Escritório de Patentes conduzirá um exame, que poderá levar até 3 (três) anos da data do depósito do pedido de registro, para determinar se a patente está em conformidade com a Lei de Patentes e os regulamentos. Ao final da investigação, se o pedido de registro for aprovado, um comunicado de aceitação será publicado na Revista de Patentes (Patent Journal). A partir da data da publicação e por um período de 3 (três) meses consecutivos, qualquer pessoa poderá contestar o registro da patente. Se não for proposta nenhuma impugnação ou se a impugnação for indeferida, a patente poderá ser concedida e registrada.
Os requerentes deverão fornecer um endereço em Israel para o qual o Escritório de Patentes possa enviar correspondência. O titular de uma invenção (seja o inventor ou seu preposto) poderá requerer o registro de uma patente em Israel. Somente um agente de patentes ou advogado habilitado para atuar em Israel poderá representar um requerente.
Para ser patenteável, uma invenção deve ser novidade, útil, suscetível de aplicação na indústria ou na agricultura e constituir um ato inventivo. Exige-se novidade universal até a data do depósito do pedido de registro (ou a data da Convenção de Prioridade de Patentes).
Assim, qualquer publicação (escrita, verbal ou por demonstração) ou uso, em qualquer país, mesmo pelo autor da invenção, pode impedir a concessão de uma patente válida.
Não será concedida patente para métodos de tratamentos médicos ou para variedades de plantas ou animais. Cada pedido de registro deverá ser relativo a apenas uma invenção.
Patentes são protegidas por 20 (vinte) anos, a partir da data do depósito do pedido de registro, observado o pagamento tempestivo das taxas de renovação. A patente de uma adição estará protegida pelo período de vigência da patente-mãe, independentemente do pagamento das taxas de renovação.
O Escritório de Patentes examina a íntegra do conteúdo e a forma dos documentos no prazo de alguns meses. Há um prazo estabelecido para a resposta. O Escritório publica, também, pormenores do depósito do pedido de registro na Revista de Patentes e Desenhos (Patents and Designs Journal) e realiza um exame substancial, de 18 (dezoito) a 36

Intellectual property

Israel, being on the forefront of technological innovation has very strong Intellectual Property protections.

PATENTS

Any novel invention, whether a process or a product that involves an inventive step and is used in industrial or agricultural applications, may be patented.
In order to register a patent, the Israeli Patent Law requires the patent to be new and novel worldwide. Any publications or exploitation of a patentable invention anywhere in the world, prior to the date of registration in Israel will prevent the patent from being registered.
A patent application must be filed with the Patent Office and include the specifications of the patent. The Patent Office conducts an examination, which may take up to three years from the date of filing the applications, to determine whether the patent conforms to the Patent Law and regulations. At the end of the examination, if the application is approved, a notice of acceptance is published in the Patent Journal. From the date of publication and for a period of three consecutive months thereafter, any person may oppose the registration of the patent. If no objection is filed or if such objection is dismissed, the patent may be granted and registered.
Applicants must provide an address in Israel to which correspondence may be sent by the Patent Office.
The owner of an invention (whether the inventor or his assignee) may apply for a patent in Israel. Only a patent agent or attorney registered to practice in Israel may represent an applicant.
To be patentable an invention must be new, utile, capable of industrial or agricultural application and possess an inventive step. Universal novelty up to the date of application (or date of Convention Priority) is required. Thus any publication (written, oral or by exhibition) or use, in any country, even by the owner of the invention, may prevent the grant of a valid patent. A patent will not be granted for methods of medical treatment or for plant or animal varieties. Each application may

(trinta e seis) meses.
Ao requerente será solicitada a submissão de uma lista de documentos, citados nas pesquisas feitas em outros países. A introdução de nova matéria relevante, durante o processo de pedido de registro, poderá significar adiamento da totalidade do pedido, considerando a data da nova introdução. Mediante aceitação, é devida a segunda taxa de publicação. Resumos dos pedidos aceitos são publicados na Revista de Patentes e Desenhos e o arquivo é aberto à inspeção pública. Se nenhuma impugnação for apresentada no prazo de 3 (três) meses da data da segunda aplicação, a patente será concedida.
Israel é membro da Convenção de Paris. Os requerentes, que desejarem reivindicar prioridade nos termos da Convenção, deverão entrar com o pedido no prazo de 12 (doze) meses do depósito de pedido estrangeiro mais precocemente apresentado e incluir a reivindicação de prioridade e informações pormenorizadas no formulário do pedido de registro. Uma cópia autenticada da especificação, conforme apresentada com o pedido estrangeiro, deverá ser submetida no prazo de 12 (doze) meses do pedido de registro israelense.
Se tal especificação não estiver em inglês, francês ou alemão, será exigida uma tradução juramentada.
Israel aderiu ao Tratado de Cooperação de Patentes (Patent Cooperation Treaty - PCT) em 1º de junho de 1996. Israel poderá, assim, ser indicado em um pedido de registro internacional feito nos termos do PCT.
Desde janeiro de 2013, as taxas seguintes devem ser pagas na hora do requerimento do registro ou entrada na Fase Nacional do Pedido de Registro do PCT: NIS 2.000 (dois mil shekalim) para cada registro; entre NIS 800 (oitocentos shekalim) e NIS 5.600 (cinco mil e seiscentos shekalim) para cada taxa de renovação; NIS 700 (setecentos shekalim) de taxa de concessão e NIS 250 (duzentos e cinquenta shekalim) como taxa de páginas extras a cada 50 páginas a mais do que as cem primeiras permitidas (não incluindo a lista sequencial). Um desconto de 40% pelas taxas de concessão e registro será oferecido aos indivíduos ou empresas e parcerias que tenham um valor de negócios anual de até NIS 10 milhões (dez milhões de shekalim) no ano anterior, dado que o pedido de registro de patente seja o primeiro para a invenção.

MARCAS REGISTRADAS

De acordo com o Regulamento das Marcas Registradas de 1972 (Trademark Ordinance of 1972), marcas de comércio registradas estão protegidas por períodos de 14 (quatorze) anos cada vez, renováveis por tempo indefinido, mediante pagamento das taxas de renovação.
O Regulamento das Marcas Registradas dispõe que uma marca de comércio não será passível de registro, a não ser que ela diferencie as mercadorias do detentor da marca de comércio das mercadorias dos demais. Um pedido de registro de marca de comércio deve ser depositado junto ao Departamento de Registro de Marcas (Registrar of Trademarks), devendo incluir a descrição da marca de comércio e a mercadoria.
O Departamento de Registro de Marcas faz um exame das marcas registradas, o que geralmente leva cerca de 2 (dois) anos. Após o exame, se a marca estiver em conformidade com os requisitos do Regulamento das Marcas Registradas, é publicado um comunicado de aceitação. No prazo de 3 (três) meses da publicação, qualquer pessoa poderá contestar o registro alegando inelegibilidade. Se não for proposta nenhuma impugnação ou se a impugnação for indeferida, a marca de comércio será concedida e registrada.
Israel é membro:
1. da Convenção de Paris para Proteção

relate to only one invention.
Patents are being protected for twenty years from the date of application subject timely payment of renewal fees. Patent of an addition is protected as long as the parent patent is in force, regardless the payment of renewal fees. The Patent Office examines the completeness and form of documents within a few months. Fixed period for reply. The Office also publishes filing details in the Patents and Designs Journal and makes a Substantive examination (after 18 to 36 months). Applicant will be required to submit a list of all documents cited in searches made in other countries. Introduction of new substantive matter during application proceedings may involve post-dating of the whole part of the application to the date of the new introduction. On acceptance, the second publication fee is due. Abstracts of accepted applications are published in the Patents and Designs Journal and the file is opened to public inspection. If no opposition is filed within three months of the second publication date, the patent will be granted.
Israel is a member of the PARIS CONVENTION. Applicants desiring to claim priority under the Convention must apply within twelve months of the earliest foreign application and include the priority claim and details on the application form. A certified copy of the specification as filed with the foreign application must be filed within twelve months of the Israeli application. If this specification is not in English, French of German a certified translation will be required.

Israel has acceded to the PATENT COOPERATION TREATY (PCT) as of June 1, 1996. Israel may therefore be designated in an international application made under the PCT.
Effective on January 1, 2013 the following fees are due at the time of filing application or entry into the National Phase of the PCT Application: 2,000 NIS for each filing; between 800 NIS and 5,600 NIS for renewal fees; 700 NIS grant fee and 250 NIS excess page fee for every 50 pages over the first 100 pages allowed (not including Sequence Listing). A 40% discount for filing fees and grant fees will be offered to individuals, or companies and partnerships having an annual turnover of up to 10 million NIS in the past year, given that the patent application filed is the first for the invention.

TRADEMARKS

Under the Trademark Ordinance of 1972, registered trademarks are protected for periods of fourteen years each, renewable indefinitely upon the payment of renewal fees. The Trademark Ordinance provides that a trademark shall not be registerable unless it distinguishes between the goods of the owner of the trademark and the goods of others. An application for the registration of a trademark must be filed with the Registrar of Trademarks and must include a description of the trademark and goods.
The Trademark Office conducts an examination of trademarks, which lasts, generally, for a period of about two years. After such examination, if a trademark conforms to the

de Propriedade Industrial
2. do Acordo de Madri para prevenção de falsas indicações de origem
3. do Acordo de Nice para classificação internacional de mercadorias e serviços
4. do Acordo de Lisboa para Proteção de Denominações de Origem

Qualquer pessoa que afirme ser proprietário de marca de comércio ou de serviço, usada ou que o proprietário pretenda usar em Israel, poderá requerer o registro da marca em Israel. O pedido de registro deverá ser feito pelo proprietário da marca ou por um representante, agindo em nome e no interesse do proprietário. O representante deve ser um advogado especializado em patentes ou advogado com escritório em Israel e deverá ser devidamente autorizado, por escrito, pelo proprietário da marca para agir em seu nome.

Considerando que os requerentes residentes fora de Israel devem fornecer endereço para entrega da citação em Israel, recomenda-se que depositem seus pedidos de registro por intermédio de advogado de patentes ou advogado local.

O pedido de registro é examinado quanto à característica de distinção da proposta marca de comércio ou de serviços e se está impedida de ser registrada por alguma das disposições específicas constantes do Regulamento (registro anterior da mesma marca ou de marcas semelhantes, etc.).

Se a marca for considerada aceitável para registro, informações pormenorizadas do pedido de registro são publicadas no Trademarks Journal (periódico de marcas registradas). Qualquer pessoa, que desejar contestar o registro, poderá fazer um comunicado por escrito de sua intenção de assim proceder no prazo de 3 (três) meses da data da publicação. O comunicado deverá conter os fundamentos para a oposição e o endereço do oponente, para entrega de citação em Israel. Os procedimentos subsequentes concernentes à interposição de contra razões do requerente, apresentação de provas do requerente e do oponente e os procedimentos probatórios do oponente em resposta são regulamentados pelos Artigos 37 (trinta e sete) a 40 (quarenta) das Normas de Marcas de Comércio (Trade Marks Rules). Mediante conclusão da comprovação, o comissário convocará as partes para uma audiência.

Se não houver oposição, a marca é registrada por um período inicial de 10 (dez) anos e um Certificado de Registro é emitido ao proprietário registrado. Decorridos 10 (dez) anos, a marca poderá ser renovada por períodos de 14 (quatorze) anos cada vez.

Não há obrigação de comprovar o registro da marca de serviço ou de comércio no país de origem, a não ser que requerido o benefício da disposição correspondente ao Artigo 6 (seis) da Convenção de Paris.

De acordo com a Convenção de Paris, uma pessoa, que depositou um pedido de registro de uma marca de comércio ou de serviço em um país participante da Convenção, tem o direito de reivindicar prioridade da data do depósito do pedido em Israel em relação à mesma marca a ser registrada para a mesma mercadoria. Uma alegação de prioridade deverá ser proposta no prazo de 6 (seis) meses da data do primeiro pedido de registro, em um país participante da Convenção.

A taxa do pedido de registro por classe, conforme previsto no Parágrafo 7 (sete) do Regulamento de Marcas de Comércio (doravante Regulamento), é de NIS 1.601 (hum mil, seiscentos e um shekalim). A taxa de renovação por classe, de acordo com o parágrafo 32 (trinta e dois) do Regulamento, é de NIS 2.853 (dois mil, oitocentos e cinquenta e três shekalim).

requirements of the Trademark Ordinance, a notice of acceptance is published. Within three months of this publication, any person may object to the registration on the grounds of ineligibility. Unless such an objection is filed, or if such an objection is filed but is dismissed, the trademark will be granted and registered.

Israel is a member of:
1. Paris Convention for the Protection of Industrial Property.
2. The Madrid Arrangement for the prevention of false indications of origin.
3. The Arrangement of Nice for the international classification of goods and service.
4. The Arrangement of Lisbon for the Protection of Appellations of Origin

Any person claiming to be the proprietor of a Trade or Service Mark used or proposed to be used by him or her in Israel, may apply for the registration of the Mark in Israel. Application may be made by the owner of the Mark or by an agent acting in the name of, and on behalf, of the owner. The agent must be a patent attorney or lawyer having a place of business in Israel and must be duly authorized in writing by the owner of the Mark to act on the owner's behalf.

Since applicants residing outside of Israel have to furnish an address for service in Israel, it is advisable for them to file their application through a local patent attorney or lawyer.

The application is examined as to distinctiveness of the proposed trade or service mark and as to whether it is precluded from registration by one of the specific provisions stated in the Ordinance (prior registration of same or similar marks, etc.).

If the Mark is considered to be acceptable for registration, details of the application are published in the Trademarks Journal. Any person who desires to oppose the registration may give written notice of his intention to do so, during a period of three months from the date of publication. The notice must state the grounds for the opposition and the opponent's address for service in Israel. Subsequent procedures regarding the filing of applicant's counterstatement, opponent's and applicant's evidence and opponent's evidence in reply, are regulated by Sections 37 to 40 of the Trade Marks Rules. On completion of the evidence, the Commissioner will invite the parties to a hearing on their claims.

If there is no opposition, the Mark is registered for an initial period of ten (10) years and a Certificate of Registration is issued to the registered proprietor. After ten (10) years the mark may be renewed for periods of fourteen (14) years each.

There is no obligation to prove registration of the trade or service mark in the country of origin, unless the benefit of the provision corresponding to Article 6 of the Paris Convention is requested.

Under the terms of the Paris Convention, a person who has made an application to register a trade or service mark in a country which is a party to the Convention has a right to claim priority of date for the application in Israel in respect of the same mark to be registered for the same goods. An application claiming such priority must be made within six (6) months from the date of the first application in a Convention country.

Application fee, per one class pursuant to Paragraph 7 of the Trademarks Ordinance (hereinafter the Ordinance) are 1,601 NIS. Renewal fee in accordance with paragraph 32 of the Ordinance for each class are 2,853 NIS.

DIREITOS AUTORAIS

Conforme disposto na Lei de Direitos Autorais de 1911 (Copyright Law of 1911), é concedida proteção aos direitos dos autores de obras originais que sejam literárias, artísticas, teatrais ou musicais. Tal proteção é automática e não há exigência de nenhum pedido formal para se obter esse direito. A Lei de Direitos Autorais concede proteção por toda a vida do criador ou autor; uma proteção adicional de 50 (cinquenta) anos é concedida para obras musicais e artísticas e 70 (setenta) anos para obras literárias e teatrais. A proteção ao direito a programas de computadores está no âmbito dessa lei. Uma nova Lei de Direitos Autorais foi promulgada pela Knesset (Parlamento) em 19 de novembro de 2007 e passou a vigorar em 25 de maio de 2008.

De acordo com as disposições do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips) e o Ato de Paris da Convenção de Berna, a proteção aos direitos autorais é estendida a uma obra se o autor era cidadão ou residente de um estado-membro da OMC na ocasião da criação, ou se a obra foi primeiramente publicada em um estado-membro.

O direito autoral geralmente perdura pelo período de vida do autor mais 70 (setenta) anos. Entretanto, gravações sonoras são protegidas por apenas 50 (cinquenta) anos. Fotografias, que anteriormente estavam sujeitas a esse período mais curto de proteção, gozarão, na nova lei, de um período "vida mais 70". Não há exigências formais para proteção de direitos autorais. Não há necessidade de nenhum registro.

Uma transferência de direitos autorais deve ser feita por escrito. A nova lei dispõe que licenças exclusivas também devem ser feitas por escrito, ao passo que licenças não exclusivas podem ser verbais ou implícitas.

Detentores de Direitos Autorais gozam de direitos exclusivos de reprodução, publicação, atuação em público, transmissão e adaptação. Há também direitos de aluguel, que se aplicam a aluguel comercial de obras audiovisuais e gravações sonoras de fitas, discos e outros dispositivos que contenham uma obra protegida por direitos autorais.

O remédio de praxe para violação de direitos autorais é uma medida liminar de caráter preventivo ou proibitivo, ou indenização por perdas e danos. O juiz poderá proferir decisão concedendo indenizações previstas em lei, sem necessidade de comprovação do dano efetivo, no valor de até US$25.000 dólares por violação. Não são incomuns ações dessa natureza. Nos casos de pirataria de direitos autorais, os tribunais israelenses emitem, ocasionalmente, ordens "Anton Piller".

A nova lei reduziu, de alguma forma, os direitos morais, sujeitando o direito moral do autor a uma norma de razoabilidade. Segundo essa nova norma, um ato que adultere ou trunque uma obra, sem o devido consentimento do autor, poderá ser permitido caso tal ato seja considerado justificado nas circunstâncias.

A maior associação de cobrança, em Israel, é a "Acum", que representa autores musicais e literários. Diretores e roteiristas de cinema e televisão têm sua própria associação, denominada "Tali".

Israel ainda não aprovou uma legislação que aborde a gestão de direitos digitais (DRM) e responsabilidade dos Provedores de Serviços de Internet (ISPs) em relação à violação de direitos autorais online. O projeto de lei de comércio eletrônico (Electronic Commerce Bill), recentemente apresentado pelo governo, contém disposições concernentes à responsabilidade dos Provedores de Serviços de Internet (ISPs) no tocante à violação de direitos autorais (e outros direitos).

COPYRIGHT

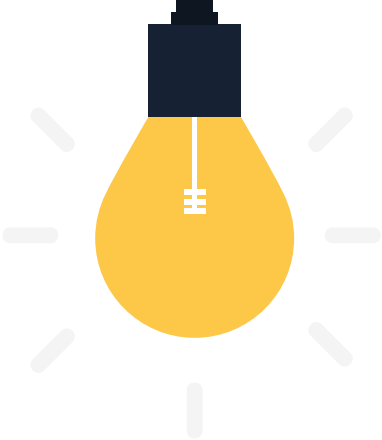
Under the Copyright Law of 1911, protection is given to rights of the creators of works which are original and are literary, artistic, dramatic or musical works. Such protection is automatic and no formal application is required in order to obtain such right. The Copyright Law extends the protection for the lifetime of the creator or author; an additional fifty years of protection are granted for musical and artistic work, and seventy years for literary and dramatic work. Computer programs are within the framework of this Law.

A new Copyright Law was enacted by the Knesset on November 19, 2007 and came into effect on May 25, 2008.

In accordance with the provisions of the Trips Agreement and the Paris Act of the Bern Convention, copyright protection is extended to a work if the author was, at the time of creation, a citizen or resident of a WTO member-state, or if the work was first published in a member-state.

Copyright generally lasts for the life of the author plus 70 years. However, sound recordings are protected for only 50 years. Photographs, which were previously subject to this lesser period of protection will, under the new law, enjoy a "life plus 70" term. There are no formal requirements for copyright protection. No registration is necessary. A transfer of copyright must be in writing. The new law states that exclusive licenses must also be in writing. Non-exclusive licenses may be oral or implied.

Copyright owners enjoy exclusive rights of reproduction, publication, public performance, broadcasting and adaptation. There is also a rental right, applying to commercial rental of audio-visual works and sound-recordings on tapes, discs and other devices containing a fixation of a copyrighted work.



The usual Remedy for copyright infringement is an injunction and damages. The court may also award statutory damages, without need for proof of actual damage in an amount of up to US$25,000 per infringement. Actions for accounts are not uncommon. In cases of copyright piracy, Israeli courts will sometimes issue "Anton Piller" orders.

The law has somewhat curtailed moral rights, subjecting the author's moral right to a reasonability standard. Under this new rule, an act which distorts or mutilates or modifies a work without the author's consent may nonetheless be permissible if such act is considered reasonable under the circumstances.

The major collecting society in Israel is "Acum", which represents musical and literary authors. Israel's film and television directors and screenwriters have their own collecting society called "Tali".

Israel has yet to pass legislation dealing with DRM of ISP liability for online copyright infringement. The Electronic Commerce Bill, recently introduced by the government contains provisions concerning ISP liability for copyright (and other) infringement.

6

Imóveis em Israel

INVESTINDO NO MERCADO IMOBILIÁRIO ISRAELENSE

As razões pelas quais Israel é o local preferido de multinacionais e indivíduos para negócios e investimentos são incontáveis. Aqui estão algumas das principais:
Israel é um destino atrativo para investimentos. Investidores estrangeiros têm tido bons retornos nos mercados financeiro e imobiliário israelenses; Israel é reconhecido por sua força econômica, reafirmada pela estabilidade na recente crise econômica global. É um bom local para investir se comparado aos Estados Unidos, Europa e outros mercados desenvolvidos; além disso, investir em Israel o conecta à terra e ao povo, e lhe permite participar de seu futuro crescimento.

RESTRIÇÕES QUANTO A ESTRANGEIROS INVESTINDO EM ISRAEL

Se uma propriedade for dirigida pela Administração de Terras de Israel (Israel Land Administration), sua compra será possível apenas se o comprador for habilitado a se tornar um cidadão israelense de acordo com a Lei dos Rendimentos.
Em muitos outros casos, quando o proprietário registrado é privado e não o Estado de Israel, Keren Kayemeth LeIsrael ou a Autoridade de Desenvolvimento (Authority of Development), cujas terras são administradas pela Administração de Terras de Israel, não há restrições.

REGISTRO

Todas as transações imobiliárias devem ser registradas no Serviço de Registro de Terra (Land Registration Office) como condição para a criação dos direitos legais; entretanto, a lei israelense se inclina para conceder um status especial a direitos sem registro sob determinadas cláusulas e por um tempo limitado, começando na data da transação. Aluguéis até cinco ou 10 anos (de acordo com as circunstâncias) podem não ser registrados.
Em Israel há várias autoridades que lidam com o registro

Real Estate

INVESTING IN THE ISRAELI REAL ESTATE MARKET

The reasons that Israel is the preferred spot of multinationals and individuals for business and investments are endless. Here are some of the top reasons:
Israel is an attractive investment destination. Foreign investors have been earning very good returns in the Israeli financial and real estate markets; Israel is recognized for its economic strength, reaffirmed by its stability in the recent global financial crisis. It's a good place to invest compared with the U.S., Europe and other developed markets; Additionally, investing in Israel connects you to the land and people of Israel and gives you a stake in its future growth.

RESTRICTIONS ON FOREIGNERS INVESTING IN ISRAEL

If a real estate property is handled by the Israel Land Administration, a purchase will be possible only if the buyer is entitled to become a citizen according to the Law of Return.
In many other cases, when the registered owner is private and not the State of Israel, Keren Kayemeth Leisrael or the Authority of Development, whose lands are administered by the Israel Land administration, there is no restriction.

REGISTRATION

All real estate transactions must be registered in the Land Registration Office as a condition to the very creation of the legal rights, however the Israeli law leans to grant a special status to unregistered rights under certain provisions and for a limited period of time commencing the date of the transaction. Rental rights up to 5 or 10 years (according to circumstances) may not be registered at all.
In Israel there are several authorities that handle the registration of real estate properties. Most of the properties are handled by the Land Registration Office,

de imóveis. A maior parte das propriedades é gerida pelo Serviço de Registro de Terra (Land Registration Office), conhecido como "Tabu". Algumas das propriedades são geridas pela Administração de Terras de Israel (Israel Land Administration) e outras por empresas de desenvolvimento, que atuam como um escritório de registros oficiais, até que o processo de registro do projeto esteja completo.
Se a propriedade é registrada no Serviço de Registro de Terra (Land Registration Office), um extrato do registro pode ser obtido no site oficial. Em todos os outros casos, pedidos por escrito devem ser feitos ao corpo que lida com esse registro.

ALGUNS PONTOS IMPORTANTES RELACIONADOS A TRANSAÇÕES

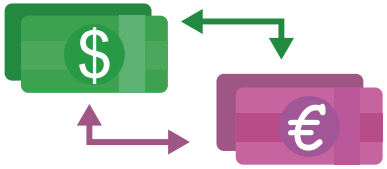
Não é necessário estar presente em Israel no momento da transação. Um advogado israelense licenciado pode ser indicado para tratar da compra ou venda da propriedade. Uma procuração deve ser assinada no Consulado de Israel, no país de origem do cliente. Se o cliente está em Israel, ele pode assinar a procuração diante de um advogado.
Se o nome ou número do passaporte mudou, o registro pode ser modificado no Tabu de acordo com o nome atual e número do passaporte. Uma declaração deve ser fornecida, assinada pelo proprietário registrado, e outra declaração adicional assinada por uma pessoa que não seja relacionada ao proprietário registrado, que pode verificar sua identidade e sua conexão à propriedade. Provas da compra da propriedade devem ser apresentadas, como o acordo de compra original, contrato de venda ou outros documentos relativos à compra da propriedade.

IMPOSTOS DE TRANSAÇÃO

Em geral, se recomenda que, antes de entrar em negociações a respeito de uma transação imobiliária em Israel, deve-se verificar os direitos da propriedade e estimar o valor devido às autoridades fiscais como resultado de uma potencial transação
Há vários tipos de taxas quando uma pessoa vende ou compra uma propriedade em Israel. Os principais são:
1. O comprador precisa pagar a Taxa de Compra ao governo. A taxa é progressiva, variando entre 0% a 10%
2. Taxa sobre Ganhos de Capital (Mas Shevach) é paga para o governo. Em 2014 houve uma reforma no sistema de taxação de propriedades. Como parte da reforma, em certas circunstâncias, o vendedor pode ter direito à isenção de taxas
3. Taxa de Benfeitoria (Heitel Hashbacha) é paga à Autoridade Municipal (Prefeitura). O valor da taxa é determinado pelo avaliador da municipalidade e o vendedor tem o direito a se opor ao apresentar uma contra avaliação. O valor da taxa é de 50% da melhoria derivada do Sistema de Construções Urbanas (Urban Building Schemes), melhorando a propriedade, aprovado durante o período de posse.

TAXA DE ALUGUEL

A receita do aluguel de uma moradia de até NIS 5.030 mensais é isenta para Pessoas Físicas. A partir deste montante existem várias possibili-



known as the "Tabu". Some of the properties are handled by the Israel Land Administration, and some are handled by developing companies that act as an official registration office, until the registration process of the project is completed.
If the property is registered at the Land Registration Office, an extract of registration can be obtained from their official website. In all other cases, application in writing should be made to the body that handles the registration.

A FEW IMPORTANT POINTS RELATING TO THE TRANSACTION

It is not necessary to be present in Israel at the time of the transaction. A licensed Israeli lawyer could be appointed to handle the purchase or the sale of the property. A Power of Attorney should be signed at the Israeli Consulate at the client's home country. If the client is in Israel, he can sign on the Power of Attorney in front of a lawyer.
If the name or passport number has changed, the registration can be modified at the Tabu according to the current name and passport number. An affidavit should be provided, signed by the registered owner and additional affidavit signed by a person who is not related to the registered owner, who can verify his identity and his connection to the property. Proofs of purchasing the property should also be provided, such as original purchase agreement, deed of sale or other documents related to the purchase of the property.

TRANSACTION TAXES

In general, it is recommended that before entering into negotiations regarding a real estate transaction in Israel, one should verify the rights of the property and estimate the amount due to the tax authorities as a result of a potential transaction.
There are several types of taxes when a person sells or buys a property in Israel. The major types are:
1. The buyer has to pay Purchase Tax which is paid to the government. The rate is progressive, between 0% to 10%.
2. Capital Gain Tax (Mas Shevach) which is paid to the government. In 2014 there was a reform in the real estate taxation system. As part of the reform, in certain circumstances, the seller may be entitled to a tax exemption.
3. Betterment Tax (Heitel Hashbacha) which is paid to the municipal authority. The amount of the tax is determined by an appraiser of the municipality, and the seller have the right to object to it by presenting an opposing appraisal. The rate of the tax is 50% of the improvement deriving from Urban Building Schemes improving the property, which were approved during the period of the ownership.

HOME RENTAL TAX

Home rental income of up to NIS 5,030 per month is exempt for individuals. Thereafter, several possibilities exist – regular tax on net income, flat rate tax of 10%. Companies pay tax at regular rates.

TRANSFERRING PROPERTY AS A GIFT TO A FAMILY MEMBER

According to the Israeli law, transferring property as a gift is a real estate transaction, and all the required documents should be provided for a transaction.

dades: taxa regular sobre o rendimento líquido, taxa fixa de 10%. Empresas pagam tributos sobre taxas regulares.

TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE COMO UM PRESENTE A UM MEMBRO DA FAMÍLIA

De acordo com a lei israelense, a transferência de propriedade como um presente é uma transação imobiliária, e todos os documentos requeridos devem ser apresentados para a transação. Por conseguinte, o cedente e o cessionário devem assinar uma declaração afirmando que a propriedade é cedida sem qualquer consideração, e o cedente deve registrá-la junto à Autoridade Tributária Israelense (Israeli Tax Authority) e à Administração Municipal (Prefeitura). Além disso, é possível receber uma isenção total do Imposto sobre Ganhos de Capital (Mas Shevach) e uma isenção significativa da Taxa de Compra.

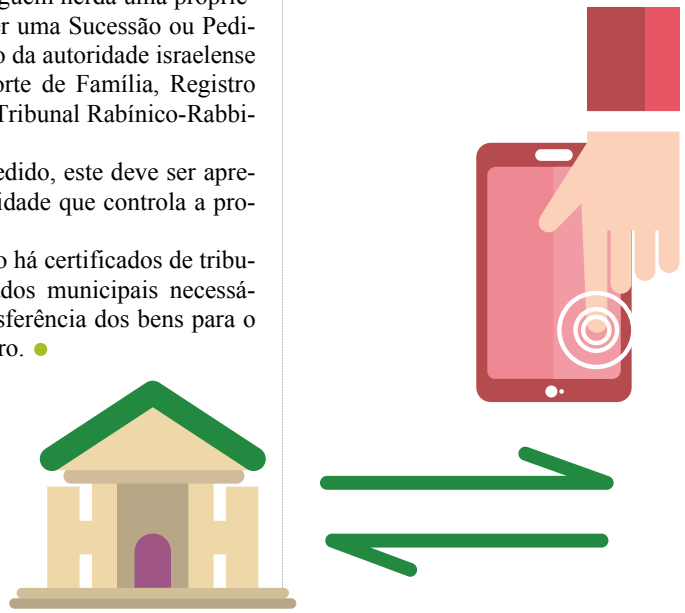
HERANÇA DE UMA PROPRIEDADE

Em Israel, se alguém herda uma propriedade, deve obter uma Sucessão ou Pedido de Inventário da autoridade israelense competente (Corte de Família, Registro de Herança ou Tribunal Rabínico-Rabbinate Tribunal).
Após obter o pedido, este deve ser apresentado à autoridade que controla a propriedade.
Geralmente, não há certificados de tributos ou certificados municipais necessários para a transferência dos bens para o nome do herdeiro.

Therefore, the owner and the transferee should sign an affidavit stating that the property is given without any consideration, and the owner should file it with the Israeli Tax Authority and municipal authority. In addition, it is likely, a full exemption from Capital Gain Tax (Mas Shevach) and a significant exemption from Purchase Tax, will be received.

INHERITANCE OF A PROPERTY

If one inherits a property in Israel he should obtain a Succession or Probate Order from the competent Israeli authority (Family Court, Inheritance Registrar or Rabbinate Tribunal).
After obtaining this order, it should be presented to the authority that handles the property. Usually there are no tax certificates or municipal certificates needed to transfer the assets on the names of the heirs.



SE VOCÊ IMPORTA, A GENTE TAMBÉM SE IMPORTA

IF YOU IMPORT, YOU ARE IMPORTANT TO US

A Câmara-Brasil Israel de Comércio e Indústria conta com associados dos mais diversos setores. Nossa visão está voltada a resultados que beneficiem o intercâmbio bilateral e, para tanto, fazemos a ponte entre instituições e empresas interessadas em conhecer e se aproximar de Israel e do Brasil. Promovendo missões comerciais e viabilizando a participação em feiras e exposições, a Câmara quer superar a distância geográfica e cultural.

Brazil-Israel Chamber of Commerce and Industry counts on partners from many different sectors. Our result-oriented vision benefits bilateral trade and for this purpose we are a bridge between institutions and companies which are interested in knowing and narrowing the distances between Israel and Brazil. The Chamber wants to overcome the geographical and cultural distances between the countries by promoting commercial missions and enabling the participation in fairs and exhibitions.

cambici.org.br
facebook.com/cambici

CÂMARA BRASIL-ISRAEL
de Comércio e Indústria

+55 (11) 3063-4424 - cambici@cambici.org.br

Proteção ao consumidor

Como o consumidor tem a desvantagem de não ter conhecimento sobre o produto vendido, a Legislatura israelense aprovou várias leis, incluindo a Lei de Proteção ao Consumidor de 1981, para protegê-los. Este material resume as principais questões referentes à proteção aos consumidores que compraram um produto ou serviço somente para uso pessoal, para casa ou familiar.

DETURPAÇÃO

A lei israelense proíbe iludir o consumidor no que diz respeito aos critérios fundamentais da transação comercial. A lei lista diferentes critérios que são fundamentais, tais como: qualidade, quantidade, tipo de produto, tamanho, peso, data do fornecimento, data da fabricação, data de validade, condições de garantia, etc.
Um vendedor está proibido de participar em qualquer transação financeira que explora uma pessoa fisicamente ou mentalmente incapacitada, ou que não tenha conhecimento da linguagem na qual a transação é feita.
É também proibido pressionar um consumidor a realizar uma transação comercial que inclua condições injustificadas ou que receba uma consideração mais alta do que realmente vale (o produto). A lei proíbe qualquer ação ou omissão que possa iludir o consumidor. A proibição é posta, independentemente, se o consumidor tenha sido de fato iludido ou não.
Deturpação é uma infração criminal com multas financeiras no valor de NIS $182.700 (cento e oitenta e dois mil e setecentos shekalim) ou detenção por até um ano.

DIVULGAÇÃO

O vendedor precisa divulgar qualquer tipo de problema, má qualidade ou qualquer outro defeito que possa reduzir o preço de um produto significativamente. Também é obrigado a informar ao comprador sobre qualquer cuidado extra em relação ao produto, a fim de evitar prejuízo ao usuário e outros. Com relação à troca de produtos, o vendedor precisa anunciar seus termos e condições sobre os quais serão efetuadas trocas em letra clara e legível.
Violar a lei é uma infração criminal, com uma multa financeira no valor de NIS $182.700 (cento e oitenta e dois mil e setecentos shekalim).

VENDA ILEGAL/ PEDDLING

A lei define "peddling" como uma transação que acontece na casa, trabalho ou escola de um consumidor ou qualquer outro local que não seja uma loja, contanto que o vendedor não tenha recebido um convite prévio.
De acordo com a lei israelense, o consumidor pode cancelar esta transação, em até 14 dias depois da entrega do produto. Se um serviço foi solicitado, o consumidor pode cancelar a transação em até 14 dias do pedido feito, desde que o serviço não tenha sido ainda prestado.
Violar a lei é uma infração criminal

Consumer protection

Due to the disadvantage of the consumer's knowledge regarding the product sold to him, the Israeli legislature passed several laws, including the Consumer Protection law of 1981, to protect consumers. The following summarizes the main issues of consumer protection, regarding consumers who purchased a product or service for personal, home or family use only.

MISREPRESENTATION

Israeli law forbids misleading the consumer as to fundamental criteria of the business transaction. The law lists different criteria that are fundamental, such as quality, amount, type of product, size, weight, date of supply, identification of manufacturer, date of manufacture and expiry date, warranty conditions, etc.
A seller is forbidden to enter into any business transaction that exploits a consumer who is physically or mentally disabled, or who lacks knowledge of the language that the transaction is made in.
It is also forbidden to pressure a consumer into a business transaction that includes unreasonable conditions or to receive higher consideration than what the product is worth. The law forbids any action or omission that may mislead the consumer. The prohibition stands regardless if the consumer was actually misled.
Misrepresentation is a criminal offence with a monetary penalty in the amount of 182,700 N.I.S or imprisonment for up to one year.

DISCLOSURE

The seller is required to disclose any deficiency, poor quality or any other defect which may reduce the price of the product significantly. The dealer must also warn the buyer of any special care required by the product in order to avoid harm to the user or others. Regarding product exchanges, the seller must publicize its terms and conditions under which it will effect exchanges in a clear readable print.
Violating the law is a criminal offence that imposes a monetary penalty in the amount of 182,700 N.I.S.

PEDDLING

The law defines "Peddling" as a transaction that takes place in the

com multa de NIS $182.700 (cento e oitenta e dois mil e setecentos shekalim).

UNIDADES PARA FÉRIAS

Há uma cláusula especial na lei em relação à compra de unidades para férias. A lei determina que, antes de assinar o contrato referente à compra de uma unidade para férias, o vendedor precisa dar ao comprador um documento divulgando todas as informações (disclosure form). Este deve incluir os detalhes específicos e somente estes detalhes.
O comprador pode cancelar a transação comercial em até 14 dias da data de assinatura do contrato ou 14 dias do dia que a ele foi dado o disclosure form. A nota de cancelamento deve ser por escrito.
Se tal unidade foi paga através de cartão de crédito, a empresa do cartão pode cobrar do consumidor somente 30 dias depois que ele receber uma cópia do contrato. Durante estes 30 dias, o comprador(a) precisa informar à empresa do cartão do seu cancelamento e ele/ela não será cobrado(a).
Violar a lei é uma infração criminal com multa de NIS $182.700 (cento e oitenta e dois mil e setecentos shekalim).

VENDAS A DISTÂNCIA

Uma venda a distância ocorre quando o consumidor não encontra com o vendedor. Tal venda pode ser realizada pelo telefone, internet, rádio, televisão, correio, fax, etc. Nestas vendas distantes, o vendedor deve revelar seu nome e endereço, as principais características do produto, o preço, condições de pagamento, condições de cancelamento e informação sobre garantias.
O consumidor pode cancelar a transação dentro de 14 dias desde o recebimento do produto. Se um serviço foi comprado, o consumidor pode cancelar a transação dentro de 14 dias a partir da data que o serviço foi contratado, desde que o aviso de cancelamento tenha sido dado, no mínimo, dois dias úteis antes do serviço ser efetuado.
Violar a lei é uma infração criminal com multa de NIS $182.700 (cento e oitenta e dois mil e setecentos shekalim).

IDENTIFICANDO PRODUTOS

De acordo com a Lei de Proteção ao Consumidor de 1981, cada produto deve ter uma etiqueta com as seguintes informações:
1. Nome do produto e nome comercial.
2. Nome do país onde o produto foi feito.
3. Nome do produtor, sua identificação e endereço. Se o produto é importado, o nome do importador, seu número de identificação e endereço.
4. A quantidade de cada componente do produto.
É obrigação do produtor e do vendedor identificar (etiquetar) seus produtos. Falha ao identificar incorretamente o produto incorre em uma multa de NIS 78.300 (setenta e oito mil e trezentos shekalim).
Em 1983, o Ministério da Indústria, Comércio e Trabalho assinou um decreto determinando que certos produtos importados devem ser etiquetados em hebraico, ou em hebraico e em outra língua estrangeira, antes da importação. Os produtos em questão são: cigarros, charutos, tabaco, produtos renováveis e roupas. Os itens de vestuário devem ser identificados antes da importação ou no depósito alfandegário.

consumer's home, work, school or any other place that isn't a shop or store, as long as the dealer did not receive a prior invitation.
According to Israeli law, the consumer may cancel such a transaction, within 14 days from delivery of the product. If a service was purchased, the consumer may cancel the transaction within 14 days from the day the service was ordered, so long as the service hasn't been yet rendered.
Violating the law is a criminal offence with a penalty of a fine amount 182,700 N.I.S

VACATION UNITS

The law includes a special provision regarding the purchase of vacation units. The law determines, that before signing a contract regarding the purchase of a vacation unit, the seller, must give the buyer a disclosure form. The disclosure must include the specific details and those details only.
The purchaser may cancel the business transaction, within 14 days from the date the contract was signed or within 14 days from the day that he was given the disclosure form. The cancellation notice must be in writing.
If a vacation unit was paid for by credit card, the credit card company is allowed to charge the consumer only 30 days after it receives a copy of the contract. During these 30 days, the buyer shall inform the credit card company of his cancellation and he or she will not be charged.
Violating the law is a criminal offence with a penalty of a fine amount 182,700 N.I.S

DISTANT SALES

A distant sale is a sale that accrues without the consumer actually meeting the seller. Such a sale may be carried out by telephone, mail, radio, television, internet, fax machine, etc.
In distant sales, the seller must reveal its name and address, the product's main features, the price, payment conditions, cancellation conditions and information about warranties.
The consumer may cancel the transaction within 14 days from the day the merchandise was received.
If a service was purchased, the consumer may cancel the transaction within 14 days from the day the service was contracted, as long as the cancellation notice was given at least two business days before the service was to be rendered.
Violating the law is a criminal offence with a penalty of a fine amount 182,700 N.I.S

MARKING PRODUCTS

According to the Consumer Protection Law - 1981, every product must be labeled with the following information:
Name of product and commercial name.
The name of the country where the product was manufactured.
The name of manufacturer, its identification number and address.
If the product is imported, the name of the importer, its identification number and address.
The amount of each component of the product.
It is the seller's and the manufacturer's obligation to label their products.
Failure to properly label products incurs in a fine in the amount of 78,300 N.I.S.
In 1983, the Minister of the Industry, Trade and Labor office, signed a decree that determined that certain imported products be labeled in Hebrew, or in Hebrew and in a foreign language, prior to the importation. The products in question are cigarettes, cigars, tobacco, renewed products and clothing. The clothing is to be marked either before importation or at the customs warehouse.

Lei Antitruste

O campo das leis antitruste é relativamente novo em Israel e tem sido bastante influenciado pelas decisões nos Estados Unidos. Este campo está se desenvolvendo de forma rápida, principalmente desde a legislação da Lei Antitruste de 1988. O principal objetivo destas leis é incentivar a livre concorrência entre as empresas na economia ao tirar as limitações que obstruem tal competição e executar ações que previnam a uma empresa dominante no mercado explorar seu poder.
A livre concorrência tem muitas vantagens. Ela leva a reduções de preços, permite uma eficiente alocação de recursos e leva à eficiência e ao dinamismo econômico.

A LEI ANTITRUSTE

A Lei Antitruste israelense determina as regras que permitem ao governo supervisionar corporações, as quais, direta ou indiretamente, impedem uma situação de livre concorrência na economia israelense ou em qualquer mercado israelense. Uma restrição comercial é definida sob a Lei Antitruste como um acordo restritivo, um monopólio ou a fusão de companhias que criam um monopólio.

ACORDOS RESTRITIVOS

Uma grande parte da Lei Antitruste lida com acordos restritivos. Um acordo restritivo é um acerto feito entre pessoas ou indivíduos, que fazem negócios juntos e que ao menos uma das partes se limita de forma que impeça ou diminua a competição comercial entre essa parte e as outras no acordo, ou entre esta parte e outra que não está no acordo. Um acordo restritivo é um acordo que inclui uma restrição ao preço exigido ou a ser pago para um produto ou serviço; uma restrição ao lucro futuro, um acordo relacionado à divisão do mercado (de acordo com um local de comércio, tipo de consumidores ou divisão geográfica) ou um acordo que seja relativo à quantidade do produto ou à qualidade e às questões do serviço a ser realizado.
Um indivíduo está proibido de tomar partido em um acordo restritivo, a menos que o acordo tenha recebido a aprovação do Tribunal Antitruste.

Antitrust law

The field of antitrust laws is relatively new in Israel and has been greatly influenced by the rulings in the U.S. This field is developing rapidly mainly since the legislation of the Antitrust Law in 1988. The main purpose of the anti trust laws is the encouragement of free competition between the companies in the economy by means of removal of the limitations obstructing such competition and by undertaking actions preventing a dominant company on the market from exploiting its power.
Free competition has many advantages. Competition leads to price reductions; enables the efficient allocation of resources and leads to efficiency and dynamism in the economy.

THE ANTITRUST LAW

The Israeli antitrust law determines the rules enabling the government to supervise corporations, which directly or indirectly prevent a situation of free competition in the Israeli economy or any Israeli market. A trade restriction is defined under the antitrust law as a restricting agreement, a monopoly or the merger of companies that creates a monopoly.

RESTRICTING AGREEMENTS

A substantial part of the anti trust law deals with restricting agreements. A restricting agreement is an arrangement made between people, individuals who conduct business together where at least one of the parties restricts itself in a way that may prevent or diminish the trade competition between himself and the other parties to the agreement, or between himself and another individual not party to the agreement. A restricting agreement is an agreement that includes a restriction on the price required or to be paid for a product or service; a restriction on profit to be made; an agreement regarding a market division (in accordance with the place of trade, type of consumers or geographical division) or an agreement that pertains to the quantity of the product or its quality or concerns the service to be provided.
An individual is forbidden to be a side to a restricting agreement unless the agreement has received the approval of the Anti Trust Court.

MONOPÓLIO

De acordo com a Lei Antitruste, um monopólio ocorre quando um indivíduo, o proprietário do monopólio em si, tem mais do que a metade do total disponível, ou aquisição de certos bens, ou mais da metade do total disponível de certos serviços ou a compra total de tais serviços está concentrada.

CONSOLIDAÇÃO DE EMPRESAS

A Lei Antitruste se refere à fusão de empresas, quando uma das empresas é detentora do monopólio ou quando as empresas resultantes de uma fusão podem ser vistas como detentoras de monopólio em relação ao fornecimento ou à compra de certos produtos ou serviços. A Lei também se refere a empresas que, como resultado de uma fusão, tenham um volume de vendas superior a NIS 150 milhões (cento e cinquenta milhões de shekalim) por ano.
Em casos nos quais uma empresa se une com outra que tem negócios fora de Israel, as regras da Lei Antitruste que se referem à fusão das empresas somente se aplicam ao volume de vendas da empresa em Israel e somente a seus bens, ou ao fornecimento ou recebimento de serviços em Israel.

O TRIBUNAL ANTITRUSTE

O Tribunal Antitruste foi estabelecido baseado no Artigo 32 da Lei Antitruste. Os membros do Tribunal são apontados pelo Ministro da Justiça, enquanto o juiz que preside tal Tribunal e seu representante são os juízes do tribunal distrital. Entre os seus membros, três são representantes de organizações de consumidores e três são representantes de organizações econômicas.
As funções do Tribunal são: análise das corporações comerciais, aprovação de acordos antitruste e separação de empresas quando há dúvida justificada que elas tenham se unido não de acordo com a lei. Além disso, o Tribunal funciona como um tribunal de apelação sobre decisões e requerimentos do supervisor antitruste da Autoridade Antitruste.

A AUTORIDADE ANTITRUSTE

O maior órgão supervisor que governa a concorrência de mercado em Israel é a Autoridade Antitruste, estabelecida em 1994. A Autoridade é responsável por monitorar a concorrência na economia, supervisionando os acordos restritivos, monopólios e fusões, assim como atividades contra a existência de cartéis na economia.
Atualmente, a advogada Michal Halperin é a supervisora da Autoridade Antitruste e sua função é também de chefe da Autoridade.
O órgão inclui quatro departamentos profissionais: jurídico, econômico, investigação (incluindo a equipe de inteligência) e o de administração e orçamento. Cada departamento funciona como uma unidade independente, porém cooperando uns com os outros.

MONOPOLY

According to the antitrust law, a monopoly is when an individual, the monopoly holder, holds more than half of the total provision or procurements of certain assets or more than half of the total provision of certain services or the total of purchase of such services are concentrated.

CONSOLIDATION OF COMPANIES

The antitrust law refers to the merging of companies, when one of the companies is a monopoly holder or to companies that as a result of a merger, can be viewed as monopoly holders regarding the provision or purchase of certain products or services. The law also relates to companies which as a result of the merger have a sales volume that exceeds 150 Million NIS per year.
In cases where one company merges with another company, that has business outside of Israel, the rules of the antitrust law that pertain to the merger of companies, apply only to the sales volume of the company in Israel and only to its assets or to the provision or receipt of services in Israel.

THE ANTI TRUST COURT

The anti trust court was established based on Article 32 to the anti trust law. The members of the court are appointed by the Minister of Justice, whilst the Presiding Judge and his deputy are the judges of the district court. Amongst the members of the court, three are representatives of consumer organizations and three are representatives of economic organizations.
The functions of the court are: examination of trade corporations, approval of anti trust agreements and separation of companies when there is a reasonable doubt that they merged not in accordance with the law. Moreover, the court of law functions as a court of appeal on decisions or requirements of the anti trust supervisor at the Anti Trust Authority.

THE ANTI TRUST AUTHORITY

The main supervisory body governing the trade competition in Israel is the Anti Trust Authority, established in 1994. The authority is in charge of monitoring competition in the economy by supervising restricting agreements, monopolies and company mergers, as well as activities against the existence of cartels in the economy.
Currently, Adv. Michal Halperin is the supervisor at the Anti Trust Authority and she functions as the head of the authority as well.
The Authority includes four professional departments: the legal department, the economical department, the investigation department (including an Intelligence team) and the department for administration and budget. Each department functions as an independent unit but in cooperation with the other units.